

JÚLIO CÉSAR BEBBER

**RECURSOS NO
PROCESSO
DO TRABALHO**

5ª Edição

LTR[®]



LTr Editora Ltda.

© Todos os direitos reservados

Rua Jaguaribe, 571
CEP 01224-003
São Paulo, SP — Brasil
Fone (11) 2167-1101
www.ltr.com.br
Setembro, 2020

Produção Gráfica e Editoração Eletrônica: RLUX
Projeto de capa: DANILO REBELLO
Impressão: DOCUPRINT GRÁFICA

Versão impressa — LTr 6275.1 — ISBN 978-85-301-0159-6
Versão digital — LTr 9748.9 — ISBN 978-85-301-0210-4

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Bebber, Júlio César
Recursos no Processo do Trabalho / Júlio César
Bebber. — 5. ed. — São Paulo : LTr, 2020.

Bibliografia.
ISBN 978-85-361-0159-6

1. Direito do trabalho — Brasil 2. Recursos
(Direito) 3. Recursos (Direito) — Brasil
I. Título.

20-32813

CDU-347.955:331(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Recursos : Direito processual do
trabalho 347.955:331(81)

Iolanda Rodrigues Biode — Bibliotecária — CRB-8/10014

1182375

SUMÁRIO

PARTE I

TEORIA GERAL

CAPÍTULO 1

REMÉDIOS PROCESSUAIS DESTINADOS À IMPUGNAÇÃO DOS PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS

1.1. Noções gerais.....	33
1.2. Limites à impugnação.....	33
1.3. Classificação.....	33

CAPÍTULO 2

CONCEITOS, FINALIDADE E NATUREZA JURÍDICA DOS RECURSOS

2.1. Noções gerais.....	36
2.2. Conceito.....	36
2.3. Finalidades.....	41
2.4. Natureza jurídica.....	41

CAPÍTULO 3

CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS

3.1. Noções gerais.....	43
3.2. Quadro de classificações.....	43
3.2.1. Quanto ao fim pretendido pelo recorrente.....	43
3.2.2. Quanto à iniciativa.....	44
3.2.3. Quanto ao órgão recursal competente.....	44
3.2.4. Quanto ao poder sobre os efeitos da decisão.....	44
3.2.5. Quanto aos efeitos.....	44
3.2.6. Quanto à independência.....	44
3.2.7. Quanto ao órgão julgador.....	45
3.2.8. Quanto à matéria submetida ao conhecimento do órgão recursal.....	45
3.2.9. Quanto à modalidade (ou natureza).....	45
3.2.10. Quanto à fundamentação.....	45
3.3. Recursos total e parcial.....	45
3.4. Recursos ordinários e extraordinários.....	46
3.4.1. Recursos ordinários.....	47
3.4.2. Recursos extraordinários.....	47
3.5. Recursos de fundamentação livre e vinculada.....	48

CAPÍTULO 4

DIREITO INTERTEMPORAL

4.1. Noções gerais.....	50
4.2. Direito intertemporal e normas processuais	50
4.3. Direito intertemporal e recurso.....	52
4.3.1. Competência e procedimento recursal	54
4.3.2. Publicação da decisão.....	55

CAPÍTULO 5

PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS SUJEITOS À IMPUGNAÇÃO POR RECURSO

5.1. Noções gerais.....	57
5.2. Classificação e conceitos dos pronunciamentos judiciais	57
5.2.1. Sentença.....	58
5.2.1.1. Decisão interlocutória de mérito	60
5.2.1.2. Classificação das sentenças quanto à eficácia.....	60
5.2.2. Acórdão	63
5.2.3. Decisão interlocutória	64
5.2.4. Despacho	65
5.2.4.1. Característica fundamental do despacho.....	65
5.2.4.2. Despacho, despacho de mero expediente e ato ordinatório	65
5.3. Critérios para identificação dos pronunciamentos judiciais	66
5.4. Sentença aparente ou falsa sentença	66
5.5. Pronunciamentos judiciais sujeitos a recurso (recorribilidade)	67
5.5.1. Despacho	67
5.5.2. Decisão interlocutória	68
5.5.2.1. Irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias	69
5.5.2.2. Exceções à irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias.....	70
5.5.2.3. Decisões interlocutórias e mandado de segurança.....	74
5.5.2.4. Irrecorribilidade absoluta de decisões interlocutórias.....	75
5.5.2.5. Decisão interlocutória com forma de ato ordinatório.....	75
5.5.3. Sentença.....	75
5.5.3.1. Parte da sentença impugnável.....	75
5.5.3.2. Sentença em demanda alçada	77
5.5.3.3. Sentença de Ministra do TST em AIRR e transcendência	78
5.5.4. Decisões sobre arbitragem.....	78
5.5.4.1. Convenção de arbitragem alegada em preliminar de contestação ...	78
5.5.4.2. Demanda objetivando a instituição de arbitragem	79

CAPÍTULO 6

JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

6.1. Noções gerais.....	80
6.2. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	80
6.3. Juízo de admissibilidade – precedência cronológica e lógica.....	80
6.4. Preliminares e mérito do recurso.....	81
6.4.1. Preliminares do recurso	81
6.4.2. Mérito do recurso.....	82
6.5. Exame do mérito do recurso no juízo de admissibilidade	84
6.6. Admissibilidade e julgamento do mérito isoladamente pelo relator	86
6.7. Importância da distinção: juízo de admissibilidade juízo de mérito	86
6.8. Competência para o juízo de admissibilidade.....	87
6.9. Juízo de admissibilidade positivo e negativo	88
6.10. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito linguagem técnica	88
6.11. Reexame do juízo de admissibilidade no órgão <i>a quo</i>	89
6.12. Vinculação do primeiro juízo de admissibilidade.....	89
6.12.1. Juízo de admissibilidade positivo	89
6.12.2. Juízo de admissibilidade positivo em parte.....	90
6.12.3. Juízo de admissibilidade positivo em parte em recurso de revista.....	90
6.13. Juízo de admissibilidade do agravo de instrumento	92
6.14. Juízo admissibilidade e primazia do mérito	93
6.14.1. Vícios e inexistências	94
6.14.1.1. Vícios insanáveis.....	94
6.14.1.2. Inexistências	94
6.14.2. Juízo admissibilidade <i>a quo</i> e primazia do mérito	95
6.14.3. Regras geral e específicas em recurso de revista e de embargos	95
6.15. Juízo de admissibilidade e preclusão.....	96
6.16. Natureza jurídica declaratória dos pronunciamentos judiciais	97
6.17. Efeitos da declaração de inadmissibilidade do recurso	97
6.18. Juízo de retratação	98
6.19. Classificação dos pressupostos recursais.....	99

CAPÍTULO 7

PRESSUPOSTOS RECURSAIS INTRÍNSECOS

7.1. Noções gerais	101
7.2. Recorribilidade	101

7.3. Adequação (ou cabimento).....	101
7.3.1. Previsão recursal	101
7.3.2. Adequação <i>stricto sensu</i>	102
7.4. Legitimidade para recorrer.....	102
7.4.1. Partes.....	103
7.4.1.1. Terceiros intervenientes.....	104
7.4.1.2. Assistentes	104
7.4.1.3. Preposto	106
7.4.1.4. Autoridade coatora.....	107
7.4.2. Terceiro	107
7.4.3. <i>Amicus curiae</i>	108
7.4.4. Ministério Público do Trabalho	108
7.4.5. Legitimidade para a causa e legitimidade recursal	109
7.5. Capacidade.....	109
7.6. Interesse em recorrer	110
7.6.1. Parte vencida	110
7.6.1.1. Vencedor	111
7.6.1.2. Fundamentos da sentença	113
7.6.1.3. Contradição entre a ementa e o voto	114
7.6.1.4. Cumulação de pedidos mediatos.....	114
7.6.1.5. Embargos de declaração.....	115
7.6.2. Terceiro prejudicado.....	115
7.6.2.1. Autoridade coatora.....	116
7.6.2.2. Juiz	117
7.6.2.3. Perito.....	117
7.6.2.4. Advogado	118
7.6.3. Ministério Público do Trabalho	118

CAPÍTULO 8

PRESSUPOSTOS RECURSAIS EXTRÍNSECOS

8.1. Noções gerais.....	120
8.2. Tempestividade.....	120
8.2.1. Prazos	120
8.2.2. Aferição da tempestividade.....	121
8.2.3. Contagem do prazo	121

8.2.3.1. Início do prazo e início da contagem do prazo	122
8.2.3.2. Contagem do prazo para o terceiro prejudicado	123
8.2.3.3. Contagem do prazo para a União – contribuições previdenciárias..	124
8.2.3.4. Término da contagem do prazo	124
8.2.4. Suspensão e interrupção da contagem do prazo.....	125
8.2.4.1. Suspensão	125
8.2.4.2. Interrupção	126
8.2.4.3. Instante da suspensão e da interrupção	126
8.2.4.4. Instante da retomada ou do reinício da contagem	127
8.2.5. Intimações por meio eletrônico	127
8.2.6. Intimação pela publicação da decisão no diário eletrônico	128
8.2.7. Privilégio de prazo – Administração Pública	128
8.2.8. Privilégio de prazo – Ministério Público	130
8.2.9. Privilégio de prazo – Defensor Público	130
8.2.10. Privilégio de prazo – Litisconsortes	131
8.2.11. Protocolo integrado (descentralizado).....	131
8.2.12. Recurso interposto pelo Correio	131
8.2.13. Recurso interposto por <i>fac-símile</i>	132
8.2.14. Recurso interposto por correio eletrônico	132
8.2.15. Recurso interposto por meio eletrônico	133
8.2.16. Recurso interposto em autos distintos	135
8.2.17. Horário de expediente.....	136
8.2.18. Prova da tempestividade – feriado	137
8.2.19. Intempestividade de recurso precedente	138
8.3. Regularidade formal – motivação pertinente	139
8.3.1. Fundamentos da regularidade formal	140
8.3.2. Decisão assentada em (múltiplos) fundamentos jurídicos	141
8.3.3. Regularidade formal em recursos para o TST e para os TRTs	142
8.3.4. Razões recursais posteriores à interposição do recurso	143
8.3.5. Razões recursais na petição de interposição do recurso	143
8.3.6. Complementação das razões recursais	143
8.3.7. Primazia do mérito e regularidade formal.....	144
8.4. Representação	145
8.4.1. Alcance do <i>jus postulandi</i>	145
8.4.2. Limites do <i>jus postulandi</i>	145
8.4.3. Estagiário de direito	145

8.4.4. Mandato verbal	146
8.4.4.1. Pessoa natural e pessoa jurídica	146
8.4.4.2. Mandato verbal substabelecimento	146
8.4.5. Procuração em fotocópia	147
8.4.6. Inexistência e irregularidade de representação na fase recursal	147
8.4.6.1. Inexistência de representação	147
8.4.6.2. Irregularidade de representação	149
8.4.6.3. Ausência e irregularidade de representação não constatadas na instância originária	149
8.4.7. Situações relacionadas à representação	150
8.5. Depósito	152
8.5.1. Finalidade	153
8.5.2. Exigibilidade	153
8.5.3. Recursos que exigem depósito	153
8.5.4. Valor do depósito recursal	154
8.5.4.1. Valor da condenação	154
8.5.4.2. Limites do valor do depósito recursal e termo inicial dos novos valores	155
8.5.4.3. Agravamento da condenação e acréscimo do valor atribuído ou arbitrado	156
8.5.4.4. Novo valor limite do depósito no curso do prazo recursal	156
8.5.4.5. Sentença e acórdão anulados	157
8.5.5. Decisão interlocutória de mérito	157
8.5.6. Agravo de instrumento	158
8.5.7. Agravo de petição	159
8.5.8. Ação rescisória	159
8.5.9. Litisconsórcio passivo	159
8.5.10. Litisconsórcio ativo	160
8.5.11. Forma do depósito recursal	161
8.5.11.1. Substituição do depósito em dinheiro	162
8.5.11.2. Depósito de dinheiro em conta vinculada ao juízo	163
8.5.12. Registros na guia de depósito e sua autenticação	164
8.5.13. Diferença no valor depositado	164
8.5.13.1. Complementação do valor depositado	164
8.5.13.2. Diferença ínfima	165
8.5.13.3. Diferença acentuada	165

8.5.14. Inexistência de depósito.....	165
8.5.15. Comprovação do depósito recursal	167
8.5.16. Horário de expediente do órgão arrecadador	168
8.5.17. Justo impedimento à efetivação e à comprovação.....	168
8.5.18. Inexigibilidade do depósito recursal.....	169
8.5.19. Privilégios em relação ao depósito recursal.....	169
8.5.19.1. Depósito pela metade	169
8.5.19.2. Depósito dispensado.....	169
8.6. Depósito – valor de multas impostas pelo Juízo	170
8.6.1. Exigibilidade.....	171
8.6.2. Depósito de multas e depósito da condenação	171
8.6.3. Litisconsórcio.....	171
8.6.4. Forma do depósito do valor de multas.....	171
8.6.5. Diferença no valor depositado.....	172
8.6.5.1. Complementação do valor depositado	172
8.6.5.2. Diferença ínfima	172
8.6.5.3. Diferença acentuada.....	172
8.6.6. Inexistência de depósito.....	172
8.6.7. Comprovação do depósito.....	172
8.6.8. Dispensa do depósito de multas.....	172
8.7. Preparo	174
8.7.1. Regime financeiro.....	174
8.7.2. Custas processuais <i>stricto sensu</i>	175
8.7.3. Responsabilidades integral, provisória e definitiva.....	175
8.7.4. Valor das custas processuais	176
8.7.5. Exigibilidade.....	176
8.7.6. Decisão interlocutória de mérito	176
8.7.7. Litisconsórcio ativo.....	177
8.7.8. Litisconsórcio passivo	177
8.7.9. Forma do preparo	177
8.7.10. Registros na guia do preparo e sua autenticação.....	178
8.7.11. Diferença no valor recolhido.....	178
8.7.11.1. Complementação do valor recolhido	178
8.7.11.2. Diferença ínfima	178
8.7.11.3. Diferença acentuada.....	178
8.7.12. Inexistência de preparo.....	179

8.7.13. Agravamento da condenação e acréscimo das custas em recurso.....	179
8.7.14. Inversão da sucumbência (Súmula TST n. 25).....	179
8.7.15. Comprovação do preparo.....	181
8.7.16. Horário de expediente do órgão arrecadador.....	182
8.7.17. Justo impedimento ao recolhimento e à comprovação.....	183
8.7.18. Inexigibilidade do preparo.....	183
8.7.19. Privilégios em relação ao preparo.....	183
8.7.19.1. Justiça gratuita.....	184
8.7.19.2. Pessoas que não gozam de favor legal.....	185
8.7.20. Modificação de ofício do valor da causa e preparo.....	186
8.8. Inexistência de fato extintivo ou impeditivo do poder de recorrer.....	186
8.8.1. Aceitação da decisão.....	187
8.8.1.1. Aceitação expressa ou tácita.....	187
8.8.1.2. Limites temporais.....	187
8.8.2. Renúncia ao poder de recorrer.....	188
8.8.2.1. Renúncia expressa ou tácita.....	188
8.8.2.2. Limites temporais.....	188
8.8.2.3. Recurso principal e recurso adesivo.....	189
8.8.3. Desistência do recurso.....	190
8.8.3.1. Limites temporais.....	190
8.8.3.2. Desistência de recursos com repercussão geral e afetados como repetitivos.....	191
8.8.3.3. Recurso principal e recurso adesivo.....	191
8.8.4. Disposições comuns.....	192

CAPÍTULO 9

INEXISTÊNCIA E NULIDADES

9.1. Noções gerais.....	195
9.2. Sistema das inexistências e das nulidades processuais.....	195
9.3. Plano da existência.....	195
9.4. Plano da validade.....	196
9.4.1. Normas processuais.....	197
9.4.2. Sistematização das nulidades processuais.....	198
9.4.3. Características básicas das nulidades processuais.....	199
9.4.4. Vícios na decisão.....	200
9.4.5. Decisões <i>ultra, extra e citra petitem</i>	201

9.4.6. Princípios moderadores do sistema das nulidades processuais.....	202
9.4.6.1. Princípio da instrumentalidade das formas processuais.....	202
9.4.6.2. Princípio da transcendência.....	203
9.4.6.2.1. Manifesto prejuízo.....	203
9.4.6.2.2. Transcendência e instrumentalidade das formas	204
9.4.6.2.3. Prejuízo e inexistência.....	204
9.4.6.2.4. Nulidades absolutas.....	204
9.4.6.2.5. Prejuízo e causalidade	205
9.4.6.3. Princípio da convalidação	205
9.4.6.3.1. Primeira oportunidade para falar em audiência	206
9.4.6.3.2. Primeira oportunidade para falar nos autos	207
9.4.6.4. Princípio da proteção.....	207
9.4.6.5. Princípio do aproveitamento dos atos processuais	207
9.4.7. Atividade saneadora das nulidades nos tribunais.....	207
9.4.7.1. Saneamento pelo relator.....	208
9.4.7.2. Saneamento pelo colegiado.....	208
9.4.7.3. Saneamento de parte dos capítulos do recurso.....	209
9.5. Plano da eficácia	209

CAPÍTULO 10

EFEITOS DOS RECURSOS

10.1. Noções gerais.....	210
10.2. Efeito devolutivo.....	210
10.2.1. Extensão da cognição do recurso (horizontalidade).....	211
10.2.1.1. Identificação da quantidade da matéria passível de impugnação..	211
10.2.1.2. Identificação da quantidade da matéria efetivamente impugnada	212
10.2.2. Consequências do efeito devolutivo.....	212
10.2.2.1. Dilatação do tempo da duração do processo	212
10.2.2.2. Adiamento da coisa julgada (efeito obstativo).....	213
10.2.2.3. Trânsito em julgado parcial (progressivo).....	213
10.2.2.4. Compreensão da exceção da Súmula TST n. 100, II	217
10.2.3. Profundidade da cognição do recurso (efeito translativo)	218
10.2.4. Fundamento da limitação do conhecimento pelo recorrente.....	219
10.2.5. Devolução gradual e imediata	219
10.2.6. Devolução própria e imprópria (efeito regressivo)	220

10.2.7. Fato novo.....	221
10.2.8. Documento novo.....	222
10.3. Efeito translativo.....	223
10.3.1. Momento em que se produz o efeito translativo.....	223
10.3.2. Exceção ao efeito devolutivo.....	224
10.3.3. Contraditório necessário.....	224
10.3.4. Translatividade.....	225
10.3.4.1. Matérias de ordem pública.....	225
10.3.4.2. Matérias dispositivas suscitadas e discutidas e não apreciadas ou apreciadas em parte.....	226
10.3.4.3. Fundamentos jurídicos invocados pelas partes.....	226
10.3.4.4. Matérias dispositivas não apreciadas e aptidão ao julgamento de mérito.....	228
10.3.4.4.1. Decorrências da transferência dos §§ 3º e 4º do art. 1.013 do CPC.....	228
10.3.4.4.2. Salto de grau de jurisdição.....	229
10.3.4.5. Matérias dispositivas apreciadas ou não e remoção de nulidades.....	229
10.3.5. Limites à translatividade.....	230
10.3.6. Translatividade de matérias de ordem pública e contradição lógica.....	231
10.3.7. Temas relacionados à translatividade.....	233
10.3.7.1. Recursos extraordinários.....	233
10.3.7.2. Remessa necessária.....	234
10.3.7.3. Sentença liminar de indeferimento da petição inicial.....	234
10.3.7.4. Relação de emprego.....	234
10.4. Efeito suspensivo.....	235
10.4.1. Recursos trabalhistas.....	236
10.4.2. Suspensão dos efeitos da decisão.....	236
10.4.2.1. Forma.....	237
10.4.2.2. Requisitos.....	237
10.4.2.3. Competência.....	238
10.4.3. Limites à suspensividade (dimensão objetiva).....	239
10.4.4. Decisões sobre arbitragem.....	239
10.5. Efeito diferido.....	240
10.6. Efeito expansivo.....	240
10.6.1. Efeito expansivo objetivo interno.....	240
10.6.2. Efeito expansivo objetivo externo.....	241
10.6.3. Efeito expansivo subjetivo.....	241

10.7. Efeito substitutivo	242
10.8. Efeito de cassação	243

CAPÍTULO 11

PRINCÍPIOS DOS RECURSOS

11.1. Noções gerais	244
11.2. Funções dos princípios	244
11.3. Princípio da recursividade	244
11.4. Princípio da identidade física do juiz	245
11.5. Princípio do duplo grau de jurisdição	245
11.5.1. Duplo exame	246
11.5.2. Garantia ao duplo grau	246
11.5.3. Fundamentos invocados para justificar o duplo grau	248
11.5.4. Fundamento adequado para justificar o duplo grau	251
11.5.5. Duplo grau de jurisdição obrigatório	252
11.6. Princípio da taxatividade dos recursos	252
11.7. Princípio da correspondência dos recursos	253
11.8. Princípio da unirrecorribilidade	253
11.8.1. Exceção ao princípio da unirrecorribilidade	255
11.8.2. Interposição de mais de um recurso	255
11.9. Princípio da fungibilidade dos recursos	255
11.9.1. Breve histórico	256
11.9.2. Erro grosseiro dúvida objetiva	257
11.9.3. Denominação incorreta	258
11.10. Princípio da consumação	258
11.10.1. Princípio da variabilidade dos recursos	259
11.10.2. Recurso adesivo	259
11.10.3. Recurso adesivo e expressa aceitação da decisão	259
11.10.4. Recursos independente e adesivo	260
11.10.5. Recurso independente não recebido e recurso adesivo	261
11.11. Princípio da não complementaridade	262
11.12. Princípio da dialeticidade	262
11.13. Princípio da voluntariedade	263
11.14. Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	263
11.14.1. Breve histórico	264
11.14.2. <i>Reformatio in pejus</i> e fundamentos do recurso	264
11.14.3. <i>Reformatio in pejus</i> e efeito translativo	264

11.15. Princípio da irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias.....	265
11.16. Princípio da colegialidade das decisões nos tribunais	265
11.16.1. Decisões monocráticas nos tribunais	266
11.16.2. Reserva de plenário	267

CAPÍTULO 12

PROCEDIMENTO RECURSAL NOS TRIBUNAIS

12.1. Noções gerais.....	269
12.2. Protocolo (registro) e reatuação.....	269
12.3. Distribuição.....	269
12.3.1. Prevenção.....	270
12.3.2. Redistribuição.....	270
12.4. Relator.....	270
12.5. Revisor.....	272
12.6. Inclusão do recurso em pauta para julgamento	272
12.7. Sustentação oral.....	273
12.7.1. Sustentação oral pelas partes	273
12.7.2. Sustentação oral por terceiro-interessado em recurso repetitivo	274
12.7.3. Poder de polícia e sustentação oral	274
12.8. Sessão de julgamento.....	275
12.8.1. Ordem de julgamentos.....	275
12.8.2. Anúncio do julgamento e exposição do recurso pelo relator	275
12.8.3. Produção de sustentações orais	276
12.8.4. Votação.....	276
12.8.4.1. Cronologia do julgamento	277
12.8.4.2. Cronologia no juízo de admissibilidade	277
12.8.4.3. Suspensão do exame da admissibilidade.....	277
12.8.4.4. Cronologia no juízo de mérito.....	278
12.8.4.5. Suspensão do exame do mérito.....	278
12.8.5. Questão de ordem.....	279
12.8.6. Ampliação do <i>quorum</i> de julgamento	279
12.8.7. Vista	279
12.8.7.1. Vista durante a sessão de julgamento	279
12.8.7.2. Vista fora da sessão de julgamento.....	279
12.8.8. Reconsideração do voto.....	280
12.8.9. Proclamação do resultado	280

12.9. Acórdão	281
12.9.1. Estruturas orgânica e substancial do acórdão.....	281
12.9.2. Prazo para publicação do acórdão.....	282
12.10. Publicação do acórdão.....	282
12.11. Sessão virtual.....	282

PARTE II

RECURSOS EM ESPÉCIE

CAPÍTULO 13

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

13.1. Noções gerais.....	287
13.2. Previsão legal.....	287
13.3. Objeto.....	288
13.4. Competência para julgamento	290
13.5. Admissibilidade	291
13.5.1. Pressupostos recursais intrínsecos	291
13.5.2. Pressupostos recursais extrínsecos.....	291
13.5.3. Fungibilidade	292
13.6. Efeitos.....	293
13.7. Procedimento.....	295
13.8. Embargos protelatórios.....	296
13.9. Embargos de declaração à decisão embargada	296
13.10. Erro material.....	297

CAPÍTULO 14

RECURSO DE REVISÃO

14.1. Noções gerais.....	298
14.2. Previsão legal.....	298
14.3. Objeto.....	298
14.4. Competência para julgamento	299
14.5. Admissibilidade	299
14.5.1. Pressupostos recursais intrínsecos	299
14.5.2. Pressupostos recursais extrínsecos.....	300
14.5.3. Pressupostos recursais especiais.....	300
14.6. Efeitos.....	300

14.7. Procedimento.....	300
14.7.1. Processamento no juízo de interposição.....	300
14.7.2. Processamento no juízo competente.....	301

CAPÍTULO 15

RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO

15.1. Noções gerais.....	302
15.2. Previsão legal.....	302
15.3. Objeto.....	302
15.4. Competência para julgamento.....	303
15.5. Admissibilidade.....	303
15.5.1. Pressupostos recursais intrínsecos.....	303
15.5.2. Pressupostos recursais extrínsecos.....	303
15.5.3. Pressupostos recursais especiais.....	304
15.6. Efeitos.....	305
15.7. Procedimento.....	305
15.7.1. Processamento no juízo de interposição.....	305
15.7.2. Processamento no juízo competente.....	305
15.7.3. Processamento do recurso destrancado.....	306
15.8. Amplitude do julgamento do agravo no juízo <i>ad quem</i>	307
15.9. Agravo de instrumento (interposto em TRT) em recursos da competência do TST...	307
15.10. Agravo em embargos em recurso de revista.....	308

CAPÍTULO 16

RECURSO ORDINÁRIO – DECISÃO DE VARA DO TRABALHO

16.1. Noções gerais.....	309
16.2. Previsão legal.....	309
16.3. Objeto.....	309
16.4. Competência para julgamento.....	310
16.5. Admissibilidade.....	310
16.5.1. Pressupostos recursais intrínsecos.....	311
16.5.2. Pressupostos recursais extrínsecos.....	311
16.6. Efeitos.....	311
16.7. Procedimento.....	311
16.7.1. Processamento no juízo de interposição.....	311
16.7.2. Processamento no juízo competente.....	312
16.8. Procedimento do recurso nas demandas de procedimento sumaríssimo.....	313

16.9. Procedimento do recurso contra sentença de indeferimento da petição inicial...	313
16.10. Procedimento do recurso contra sentença de extinção do processo sem resolução de mérito.....	314
16.11. Procedimento do recurso contra sentença liminar de improcedência.....	314

CAPÍTULO 17

RECURSO ORDINÁRIO – ACÓRDÃO DE TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO EM DEMANDA INDIVIDUAL DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA

17.1. Noções gerais.....	316
17.2. Previsão legal.....	316
17.3. Objeto.....	316
17.4. Competência para julgamento	317
17.5. Admissibilidade	317
17.5.1. Pressupostos recursais intrínsecos.....	317
17.5.2. Pressupostos recursais extrínsecos.....	317
17.6. Efeitos.....	318
17.7. Procedimento.....	318
17.7.1. Processamento no juízo de interposição.....	318
17.7.2. Processamento no juízo competente	318

CAPÍTULO 18

RECURSO DE AGRAVO DE PETIÇÃO

18.1. Noções gerais.....	320
18.2. Previsão legal.....	320
18.3. Objeto.....	320
18.4. Competência para julgamento	320
18.5. Admissibilidade	321
18.5.1. Pressupostos recursais intrínsecos	321
18.5.2. Pressupostos recursais extrínsecos.....	324
18.6. Efeitos.....	325
18.7. Procedimento.....	326
18.7.1. Processamento no juízo de interposição.....	326
18.7.2. Processamento no juízo competente	327
18.8. Agravo de petição por instrumento	327

18.9. Demandas de alçada.....	328
18.10. Sentença de liquidação.....	328
18.10.1. Liquidação por cálculos.....	329
18.10.2. Liquidação por arbitramento e por artigos.....	331

CAPÍTULO 19

RECURSO DE REVISTA

19.1. Noções gerais.....	333
19.2. Previsão legal.....	334
19.3. Objeto.....	334
19.3.1. Acórdão em remessa necessária.....	335
19.3.2. Acórdão em agravo de instrumento.....	335
19.3.3. Acórdão em agravo interno.....	335
19.3.4. Acórdão em agravo de petição em execução de título extrajudicial.....	337
19.4. Competência para julgamento.....	338
19.5. Admissibilidade.....	338
19.5.1. Transcendência.....	340
19.5.1.1. Análise privativa e de ofício pelo TST.....	341
19.5.1.2. Indicadores exemplificativos.....	341
19.5.1.3. Transcendência econômica.....	342
19.5.1.4. Transcendência política.....	344
19.5.1.5. Transcendência social.....	345
19.5.1.6. Transcendência jurídica.....	346
19.5.1.7. Declaração unipessoal de inexistência de transcendência.....	346
19.5.2. Pressupostos recursais extrínsecos.....	348
19.5.3. Pressupostos recursais intrínsecos.....	349
19.5.3.1. Matéria exclusivamente de direito.....	349
19.5.3.2. Divergência jurisprudencial na interpretação da lei federal.....	350
19.5.3.3. Divergência jurisprudencial de lei estadual, convenção ou acordo coletivo de trabalho, sentença normativa e regulamento empresarial.....	356
19.5.3.4. Violação literal de disposição de lei federal.....	357
19.5.3.5. Afronta direta e literal de dispositivo da Constituição Federal.....	365
19.5.3.6. Afronta a princípios não positivados.....	367
19.5.3.7. Contrariedade à súmula e à orientação jurisprudencial do TST e à súmula vinculante.....	367

19.5.4. Pressupostos recursais nas demandas de procedimento sumaríssimo.....	369
19.5.5. Pressupostos recursais na execução de título judicial e em demanda a ela incidente.....	371
19.5.6. Pressupostos recursais na execução de título extrajudicial de dívida trabalhista, em execução fiscal, em controvérsia da fase de execução que envolva a Certidão de Débitos Trabalhistas e em demandas a elas incidentes.....	373
19.6. Prequestionamento.....	373
19.6.1. Conceito.....	374
19.6.1.1. Caracterização.....	374
19.6.1.2. Localização.....	376
19.6.1.3. Localização do prequestionamento para o TST.....	377
19.6.2. Atividade da parte dirigida ao prequestionamento.....	378
19.6.3. Atividade julgadora dirigida ao prequestionamento.....	380
19.6.4. Prequestionamento expresso (explícito ou implícito).....	381
19.6.5. Embargos de declaração com função prequestionadora (negativa de prestação jurisdicional e prequestionamento ficto).....	381
19.6.6. Embargos de declaração e matéria nova (pós-questionamento).....	382
19.6.7. Expressa referência nas razões de recurso.....	383
19.6.8. Decisão que adota os fundamentos da sentença (<i>per relationem</i>).....	383
19.6.9. Violação ocorrida no acórdão impugnado.....	385
19.7. Desconsideração ou saneamento de defeito formal não grave em pressuposto recursal.....	386
19.7.1. Finalidade.....	386
19.7.2. Competência.....	387
19.7.3. Alcance.....	387
19.7.4. Extensão.....	387
19.7.5. Defeito formal.....	388
19.7.6. Gravidade do defeito formal.....	389
19.8. Efeitos.....	393
19.9. Procedimento.....	393
19.9.1. Processamento no juízo de interposição.....	394
19.9.2. Processamento no juízo competente.....	394
19.10. Temas polêmicos.....	395
19.10.1. Salto de grau de jurisdição em recurso de revista.....	395
19.10.2. Recurso de revista e ônus da prova.....	396
19.10.3. Reexame do <i>quantum</i> fixado para compensar o dano moral.....	397
19.10.4. Contrariedade à firme jurisprudência do TST.....	397

CAPÍTULO 20

RECURSO DE EMBARGOS

20.1. Noções gerais.....	399
20.2. Previsão legal.....	400
20.3. Objeto.....	400
20.4. Competência para julgamento	401
20.5. Admissibilidade	401
20.5.1. Pressupostos recursais extrínsecos.....	402
20.5.2. Pressupostos recursais intrínsecos	402
20.5.2.1. Matéria exclusivamente de direito.....	403
20.5.2.2. Divergência jurisprudencial.....	403
20.5.2.3. Contrariedade à súmula e à orientação jurisprudencial do TST e à súmula vinculante.....	405
20.6. Embargos em demandas de procedimento sumaríssimo e em processos em fase de execução de título judicial.....	407
20.7. Embargos em execução de título extrajudicial de dívida trabalhista, em execução fiscal, em controvérsia da fase de execução que envolva a Certidão de Débitos Trabalhistas e em demandas a elas incidentes.....	408
20.8. Embargos em agravo de instrumento (em RR), em agravo interno (em RR) e em embargos de declaração (em RR)	408
20.8.1. Função uniformizadora orgânica da SBDI-1	409
20.8.2. Função revisora da SBDI-1	409
20.9. Efeitos.....	412
20.10. Procedimento.....	412
20.10.1. Processamento no juízo de interposição.....	412
20.10.2. Processamento no juízo competente.....	413

CAPÍTULO 21

RECURSOS DE REVISTA E DE EMBARGOS REPETITIVOS

21.1. Noções gerais.....	414
21.2. Previsão legal.....	414
21.3. Recursos abrangidos.....	414
21.4. Afetar o recurso	415
21.5. Competência	415
21.6. Requisitos	416
21.6.1. Multiplicidade de recursos.....	416
21.6.2. Identidade da questão de direito.....	417
21.6.3. Relevância ou divergência sobre a questão de direito	417

21.7. Legitimidade para propor a afetação.....	417
21.8. Expedição de ofício aos Presidentes de Turma	418
21.9. Deliberações da SBDI-1	419
21.9.1. Prazo para as deliberações.....	419
21.9.2. <i>Quórum</i>	419
21.9.3. Sustentação oral	420
21.10. Recursos aptos à afetação.....	420
21.11. Distribuição a relator e revisor	421
21.12. Instrução.....	421
21.12.1. Decisão de afetação.....	421
21.12.2. Audiência pública	423
21.12.3. Ingresso de terceiros.....	423
21.12.4. Vista às partes e ao Ministério Público	423
21.12.5. Providências finais.....	424
21.13. Suspensão de processos em todos os graus de jurisdição.....	424
21.13.1. Suspensão em TRT e em Vara do Trabalho.....	424
21.13.2. Suspensão no TST	425
21.13.3. Processos com matéria afetada e matérias não afetadas.....	425
21.13.4. Intimação às partes	426
21.13.5. Insurgência contra a suspensão.....	426
21.13.5.1. Contraditório.....	426
21.13.5.2. Competência.....	426
21.13.6. Termo final da suspensão	427
21.14. Julgamento.....	428
21.14.1. Prazo para julgamento	428
21.14.2. Efeitos do decurso do prazo sem julgamento.....	428
21.14.3. Conteúdo do acórdão.....	428
21.15. Recurso	428
21.16. Efeitos decorrentes do julgamento	429
21.16.1. Efeitos sobre os recursos sobrestados no TST.....	429
21.16.2. Efeitos sobre os recursos sobrestados em TRT.....	429
21.16.2.1. Efeitos sobre os recursos da competência do TST	429
21.16.2.2. Efeitos sobre os recursos e demandas da competência de TRT.....	431
21.16.3. Efeitos sobre as demandas sobrestadas em Vara do Trabalho.....	431
21.17. Revisão da tese (<i>overruling</i>).....	432
21.18. Desistência do recurso.....	433

CAPÍTULO 22**RECURSO ORDINÁRIO – ACÓRDÃO DE TRIBUNAL
REGIONAL DO TRABALHO EM DEMANDA
TRABALHISTA COLETIVA ESPECÍFICA (DISSÍDIO
COLETIVO) DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA**

22.1. Noções gerais.....	434
22.2. Previsão legal.....	434
22.3. Objeto.....	434
22.4. Competência para julgamento	434
22.5. Admissibilidade	435
22.5.1. Pressupostos recursais intrínsecos	435
22.5.2. Pressupostos recursais extrínsecos.....	435
22.6. Efeitos.....	435
22.7. Procedimento.....	436
22.7.1. Processamento no juízo de interposição.....	436
22.7.2. Processamento no juízo competente.....	436

CAPÍTULO 23**RECURSO DE EMBARGOS INFRINGENTES**

23.1. Noções gerais.....	438
23.2. Previsão legal.....	438
23.3. Objeto.....	438
23.4. Competência para julgamento	439
23.5. Admissibilidade	439
23.5.1. Pressupostos recursais intrínsecos	439
23.5.2. Pressupostos recursais extrínsecos.....	439
23.6. Efeitos.....	440
23.7. Procedimento.....	440

CAPÍTULO 24**RECURSO DE AGRAVO INTERNO**

24.1. Noções gerais.....	442
24.2. Previsão legal.....	442
24.3. Objeto.....	443
24.4. Competência para julgamento	444
24.5. Admissibilidade	444
24.5.1. Pressupostos recursais intrínsecos	444
24.5.2. Pressupostos recursais extrínsecos.....	444

24.6. Efeitos.....	445
24.7. Procedimento.....	445
24.8. Multa.....	446
24.9. Embargos de declaração recebidos como recurso de agravo interno	447
24.10. Agravo interno em embargos em recurso de revista.....	447
24.11. Agravo interno contra decisão do Presidente, Vice-Presidente do TST e do Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho	447

CAPÍTULO 25

AGRAVO REGIMENTAL

25.1. Noções gerais.....	449
25.2. Previsão	449
25.3. Objeto.....	450
25.4. Competência para julgamento	450
25.5. Admissibilidade	450
25.5.1. Pressupostos recursais intrínsecos	450
25.5.2. Pressupostos recursais extrínsecos.....	451
25.6. Efeitos.....	451
25.7. Procedimento.....	451
25.8. Particularidades procedimentais.....	452

CAPÍTULO 26

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

26.1. Noções gerais.....	453
26.2. Previsão legal.....	453
26.3. Objeto.....	453
26.4. Competência para julgamento	454
26.5. Admissibilidade	454
26.5.1. Repercussão geral	454
26.5.1.1. Conceito	455
26.5.1.2. Demonstração pelo recorrente.....	455
26.5.1.3. Análise privativa do STF	455
26.5.1.4. Repercussão geral predefinida e presumida	456
26.5.1.5. Procedimento para análise da repercussão geral	456
26.5.2. Pressupostos recursais extrínsecos.....	457

26.5.3. Pressupostos recursais intrínsecos	458
26.5.3.1. Decisão em causa de única ou última instância	458
26.5.3.2. Matéria exclusivamente de direito	458
26.5.3.3. Violação direta e literal de dispositivo da Constituição Federal	458
26.5.3.4. Declaração de inconstitucionalidade de tratado ou lei federal	460
26.6. Efeitos	461
26.7. Procedimento	461
26.7.1. Processamento no juízo de interposição	461
26.7.2. Processamento no juízo competente	463
26.8. Procedimento na hipótese de multiplicidade de recursos	464
26.8.1. Processamento no juízo de interposição	465
26.8.2. Processamento no juízo competente	465
26.9. Agravo em recurso extraordinário	466

CAPÍTULO 27

RECURSO DE EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

27.1. Noções gerais	468
27.2. Previsão legal	468
27.3. Objeto	468
27.4. Competência para julgamento	469
27.5. Admissibilidade	469
27.5.1. Pressupostos recursais extrínsecos	469
27.5.2. Pressupostos recursais intrínsecos	470
27.5.2.1. Razões fundamentadas exclusivamente em matéria de direito	470
27.5.2.2. Razões fundamentadas em divergência jurisprudencial	470
27.6. Efeitos	472
27.7. Procedimento	473

CAPÍTULO 28

RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL

28.1. Noções gerais	474
28.2. Previsão legal	474
28.3. Objeto	474
28.4. Competência para julgamento	474

28.5. Admissibilidade	475
28.5.1. Pressupostos recursais intrínsecos	475
28.5.2. Pressupostos recursais extrínsecos.....	475
28.6. Efeitos.....	476
28.7. Procedimento.....	476
28.7.1. Processamento no juízo de interposição.....	476
28.7.2. Processamento no juízo competente	476

CAPÍTULO 29

RECURSO ADESIVO

29.1. Noções gerais.....	478
29.2. Previsão legal.....	478
29.3. Denominação	478
29.4. Natureza jurídica.....	479
29.5. Finalidade.....	479
29.6. Admissibilidade	480
29.6.1. Pressupostos recursais intrínsecos	481
29.6.2. Pressupostos recursais extrínsecos.....	483
29.7. Objeto, competência para julgamento, efeitos e procedimento	485

CAPÍTULO 30

CORREÇÃO PARCIAL

30.1. Noções gerais.....	486
30.2. Breve nota histórica	486
30.3. Previsão	488
30.4. Objeto.....	488
30.5. Natureza jurídica.....	489
30.6. Competência para julgamento	491
30.7. Admissibilidade	491
30.8. Efeitos.....	492
30.9. Procedimento.....	492
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	493